



## **APROXIMAÇÕES DO PENSAMENTO DE PATRÍCIA HILL COLLINS PARA A REFLEXÃO DE UMA EDUCAÇÃO INFANTIL DEMOCRÁTICA, NÃO SEXISTA E ANTIRRACISTA**

*ENFOQUES AL PENSAMIENTO DE PATRÍCIA HILL COLLINS PARA LA REFLEXIÓN DE UNA EDUCACIÓN INFANTIL DEMOCRÁTICA, NO SEXISTA Y ANTIRRACISTA*

*APPROACHES TO THE THINKING OF PATRÍCIA HILL COLLINS FOR THE REFLECTION OF A DEMOCRATIC, NON-SEXIST, AND ANTI-RACIST CHILD EARLY EDUCATION*

LEPPOS, Denise Aparecida, de Paulo Ribeiro<sup>1</sup>  
DURAN, Gisele Caroline Ruiz<sup>2</sup>  
PINTO, Adriana Santos<sup>3</sup>

### **Resumo**

Vivenciamos tempos sombrios, os quais reverberam e naturalizam discursos perversos, antidemocráticos, misóginos e racistas. Neste sentido, a presente pesquisa objetiva articular alguns conceitos desenvolvidos por Patrícia Hill Collins com a educação, especialmente, a educação infantil, traçando paralelos e contribuições que nos ajudam a pensar o trabalho com bebês e crianças [bem] pequenas a partir de uma perspectiva feminista interseccional. Oportunizando e produzindo, deste modo, uma educação infantil antirracista, não sexista e voltada para a justiça social, desconstruindo estereótipos cristalizados e normatizados socialmente. Neste trabalho, exibiremos, primeiramente, um breve contexto histórico social da autora em questão. Em seguida, discorreremos sobre alguns dos importantes conceitos da extensa e profunda obra de Collins e, por último, refletiremos como tais concepções podem se aproximar da educação infantil, partindo da premissa de que é possível oferecer uma educação emancipatória e comprometida com a justiça social para bebês e crianças [bem] pequenas. Cabe salientar que os estudos do feminismo negro e da educação infantil se aproximam em interface com as discussões envolvendo relações de gênero, classe, raça, violência e eliminação das desigualdades, partindo do pressuposto que a educação infantil é um potente lugar das diferenças e da construção de resistências, mas que também pode perpetuar o racismo e outras formas de opressão e de submissão, motivo pelo qual se faz tão necessário e emergente pensar e refletir sobre tais questionamentos.

<sup>1</sup> Doutora em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSCar, São Carlos, São Paulo, Brasil, [de\\_depaula21@hotmail.com](mailto:de_depaula21@hotmail.com)

<sup>2</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar, São Carlos, São Paulo, Brasil, [gisele.duran@hotmail.com](mailto:gisele.duran@hotmail.com)

<sup>3</sup> Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar, Sorocaba, São Paulo, Brasil

**Palavras-chave:** Patrícia Hill Collins; Educação Infantil; Educação democrática; Feminismos; Antirracismo

### **Resumen**

Vivimos tiempos oscuros, en los que repercuten y naturalizan discursos perversos, antidemocráticos, misóginos y racistas. En ese sentido, esta investigación tiene como objetivo articular algunos conceptos desarrollados por Patrícia Hill Collins con la educación, especialmente la educación infantil, trazando paralelismos y aportes que ayuden a pensar el trabajo con bebés y niños [muy] pequeños desde una perspectiva feminista e interseccional. Permitiendo y produciendo, de esta forma, una educación infantil antirracista, no sexista y orientada a la justicia social, deconstruyendo estereotipos cristalizados y socialmente normalizados. En este trabajo, mostraremos, en primer lugar, un breve contexto histórico y social de la autora en cuestión. Luego, discutiremos algunos de los conceptos importantes de la extensa y profunda obra de Collins y, finalmente, reflexionaremos sobre cómo tales concepciones pueden abordar la educación infantil, partiendo de la premisa de que es posible ofrecer una educación emancipadora comprometida con la sociedad, la justicia para bebés y niños [muy] pequeños. Cabe señalar que los estudios sobre el feminismo negro y la educación de la primera infancia tienen una interfaz cercana con las discusiones sobre género, clase, raza, violencia y eliminación de las desigualdades, a partir del supuesto de que la educación de la primera infancia es un lugar potente de diferencias y construcción de resistencia, pero que también pueden perpetuar el racismo y otras formas de opresión y sometimiento, por lo que es tan necesario y emergente pensar y reflexionar sobre tales cuestiones.

**Palabras clave:** Patrícia Hill Collins; Palabra 2; Educación Infantil; Educación democrática; Feminismos; Anti-racismo

### **Abstract**

We are experiencing dark times, which reverberate and naturalize perverse, anti-democratic, misogynistic, and racist discourses. In this sense, this research aims to articulate some concepts developed by Patrícia Hill Collins with education, especially early childhood education, drawing parallels and contributions that help us to think about working with babies and [very] small children from a feminist perspective. intersectional. Providing opportunities and producing, in this way, an anti-racist, non-sexist and social justice-oriented early childhood education, deconstructing stereotypes crystallized and socially normalized. In this work, we will first show a brief historical and social context of the author in question. Then, we will discuss some of the important Collin's concepts extensive and profound work and, finally, we will reflect on how such conceptions can approach early childhood education, starting from the premise that it is possible to offer an emancipatory education committed to social justice for babies and [very] young children. It should be noted that studies of black feminism and early childhood education are close in interface with discussions involving gender, class, race, violence and elimination of inequalities, based on the assumption that early

childhood education is a powerful place for differences and the construction of resistance, but that can also perpetuate racism and other forms of oppression and submission, which is why it is so necessary and emerging to think and reflect on such questions.

**Keywords:** Patrícia Hill Collins; Early Childhood Education; Democratic education; Feminisms; Antiracism

## INTRODUÇÃO

Atualmente, vivemos no Brasil um contexto político de retrocessos, conservadorismo crescente e cerceamento dos debates sociais sobre opressões estruturais como classe social, gênero, raça e outros fatores que sustentam as desigualdades sociais. Buscando refletir acerca dos estudos feministas e seus diálogos com a educação, precisamente, as possíveis aproximações das discussões propostas por Patricia Hill Collins para a construção de uma Educação Infantil democrática, antirracista, humanizada e não sexista.

A renomada socióloga estadunidense, da qual iremos nos debruçar neste texto, disse-nos em uma de suas palestras que a primeira característica do feminismo negro é ser movido pela esperança, não aquela esperança falsa, risonha e alegre, mas uma esperança profunda, que vive no tecido social, que traz sentido e significado para a vida e para a luta, que produz resistência porque acredita na mudança. Em *Pensamento Feminista Negro* (2019b), a pesquisadora relaciona essa esperança com a maternidade, afinal, por que traríamos crianças nesse mundo se ele é um ambiente de morte e de tragédias?

Transportamos esse pensamento para a educação infantil, afinal, por que estudamos, trabalhamos e refletimos tanto sobre a formação de nossas crianças? A resposta parece simples, porém, é complexa, pois ainda existe esperança e é essa expectativa que nos coloca em movimento, e um alvo em movimento é sempre mais difícil de acertar, conforme assevera Collins.

O crescente fortalecimento da extrema direita no cenário político como esses que vivenciamos, é fundamental, para mantermos a esperança, principalmente na área das ciências humanas e sobretudo na área da educação, conhecermos intelectuais como

Patricia Hill Collins, que traz à tona questionamentos sobre as estruturas do conhecimento, articuladas por uma elite branca e que servem seus interesses, e simultaneamente cria um modelo epistemológico feminista negro que rompe com os modelos hegemônicos a partir de outras perspectivas que tomam a comunidade negra e o pensamento de mulheres negras como agentes e propulsoras do conhecimento e de saberes.

Neste sentido, o presente texto objetiva articular alguns conceitos da obra de Patricia Hill Collins com a educação, especialmente, a educação infantil, traçando paralelos e contribuições que nos ajudam a pensar o trabalho com bebês e crianças [bem] pequenas a partir de uma perspectiva feminista interseccional. Oportunizando e produzindo, deste modo, uma educação infantil antirracista, não sexista e voltada para a justiça social, desconstruindo estereótipos cristalizados.

Patricia Hill Collins (2019a, 2019b) se debruça sobre a vida e as experiências de mulheres negras estadunidenses, porém, ela discute diversas problemáticas que podem ser utilizadas para debater e problematizar o contexto brasileiro atual, a partir da articulação de conceitos que atravessam a existência de mulheres negras, entre eles as relações de poder, denominadas por Collins como matrizes de dominação e a produção de opressões interseccionais estruturais, que se fazem presentes em nossa sociedade. Outros conceitos centrais abordados pela socióloga são: o feminismo como teoria crítica social (2019a, 2019b, 2019b); as imagens de controle (2016, 2019b); a autodefinição (2016, 2019b), a *outsider-within* e a maternagem (2016, 2019b).

A seguir, apresentaremos, nesta introdução, um breve contexto histórico e social da autora. Em seguida, discutiremos sobre alguns dos importantes conceitos da extensa e profunda obra de Collins e, por último, refletiremos como tais concepções podem se aproximar da educação infantil, partindo da premissa de que é possível oferecer uma educação emancipatória e comprometida com a justiça social para bebês e crianças [bem] pequenas.

Patricia Hill Collins, uma das maiores ativistas do feminismo negro, nasceu na Filadélfia, Pensilvânia, no dia 1 de maio de 1948. Filha única de Eunice Randolph Hill, uma secretária, e de Albert Hill, um trabalhador de fábrica. Cabe salientar que, durante a

década de 1950, vivenciava-se, nos EUA, a segregação racial institucionalizada, para muitos cidadãos brancos as pessoas negras não deveriam ter voz e ocupar os mesmos espaços sociais.

No final do século XIX, nos Estados Unidos, surge o movimento segregacionista Ku Klux Klan (KKK). Esse grupo era formado por soldados e ex-combatentes da Guerra Civil Americana durante os anos de 1861 e 1865. O principal objetivo desse grupo era o de combater as políticas de inclusão das pessoas negras no corpo social. Para tanto, promoviam ideias supremacistas da raça branca no poder e relegavam os negros ao silenciamento e à exclusão. O dispositivo de controle era baseado na tortura, de modo que os negros eram colocados em situações extremas de trabalho análogo à escravidão. De acordo com os membros desse clã (os partidários dessa ideologia) ou dessa seita (os não partidários dessa ideologia), o negro não tinha o direito de frequentar escolas e outros espaços públicos por serem considerados inferiores e indignos.

Entre 1950 e 1960, os movimentos por direitos civis dos negros no Estados Unidos foram intensificados, com manifestações significativas, iniciando, a partir dessas lutas, um processo de dessegregação racial que continuou até meados de 1970.

Collins cresceu em meio a esse contexto histórico e suas experiências foram sendo moldadas a partir de opressões e discriminações, que levaram também à criação de forças de resistência baseadas em raça, gênero e classe. Ela concluiu seus estudos regulares em escolas públicas da Filadélfia, estudou sociologia na Universidade de Brandeis, fez mestrado em ensino de Ciências Sociais em Harvard e doutorado em Sociologia também em Brandeis. Durante seus estudos, teve experiência como educadora em uma escola comunitária, o que influenciou seu olhar sobre as opressões reproduzidas nas instituições escolares.

Atualmente, Collins é professora emérita de Sociologia na Universidade de Maryland. Foi a primeira mulher negra a presidir a Associação Americana de Sociologia (ASA) e é considerada, ao lado de Angela Davis e bell hooks, uma das mais influentes pesquisadoras do feminismo negro nos Estados Unidos.

Patrícia Hill Collins tem uma extensa obra que inclui livros, artigos, entrevistas e palestras publicados em revistas consagradas. Entre seus livros, a obra *Pensamento*

Feminista Negro (1990) é considerada um marco dos estudos de gênero e raça. Nela, dedicou-se a estudar sobre questões fundantes do pensamento feminista negro como as tradições teóricas, conceitos feministas e o próprio pensamento, além de refletir sobre questões atuais e cotidianas como a relação do racismo com a heteronormatividade, o nacionalismo negro, o feminismo e o hip-hop, a educação entre outros, tornando-a uma importante socióloga da atualidade e representante da voz da mulher, especificamente, da mulher negra.

É importante salientar que a segregação racial nos Estados Unidos nunca acabou de fato, ela continua sendo sistêmica e estrutural, o que mudou é que ela deixou de ser institucionalizada. Ainda existem diferenças significativas no acesso de pessoas negras, sobretudo mulheres, à saúde, moradia, trabalho, educação, bem como no tratamento social entre negros e brancos, e por isso, o ativismo e a produção intelectual de Patricia Hill Collins são tão urgentes e essenciais.

### **1. Patricia Hill Collins: pensamento e alguns conceitos**

Antes de trazer os conceitos da autora, é importante salientar que Patricia Hill Collins enfatiza em vários momentos de sua trajetória, em entrevistas e publicações, que o feminismo negro não foi derivado do feminismo branco e não é, de forma alguma, uma versão negra do que já existia. O feminismo negro tem origem, história, pressupostos e especificidades que fazem com que ele seja um movimento independente, autônomo e distinto. Isso não significa, contudo, que não existam pautas em comum ou que não seja possível fazer coalizões, ao contrário, elas são importantes e necessárias. Entretanto, é fundamental deixar explícitas as razões pelas quais o pensamento feminista negro existe e o que o torna singular e o diferencia de outros feminismos.

O feminismo negro é pensado e produzido por mulheres negras para outras mulheres negras, que também são colocadas à margem. Vale ressaltar que, ainda que mulheres negras compartilham de muitas vivências de opressão comuns e universais, há também diferenças etárias, de escolaridade, de classe, de orientação sexual, entre outras. Embora as temáticas discutidas por mulheres negras possam se aproximar, as experiências assumem contornos distintos. Por este e outros motivos, é o papel das mulheres negras

intelectuais é de fundamental importância, já que elas irão trabalhar na “produção de fatos e de teorias sobre a experiência de mulheres negras que vão elucidar o ponto de vista de mulheres negras para mulheres negras” a partir da reflexão e aprofundamento dos temas comuns. (COLLINS, 2016, p. 102).

Muito dos estudos sobre o feminismo negro não acontecem em espaços formais e institucionalizados, mas ocorrem e são produzidos e reproduzidos por mulheres comuns, de forma oral, em suas posições sociais cotidianas, tais como: mães, esposas, trabalhadoras etc.

As atividades das mulheres negras nas famílias, Igrejas, instituições da comunidade e expressão criativa podem representar mais do que um esforço em mitigar pressões advindas da opressão. De preferência, o quadro de referência ideológico das mulheres negras, que essas mulheres adquirem pela irmandade, maternidade e expressão criativa, pode servir ainda ao propósito adicional de moldar uma consciência de mulheres negras quanto aos mecanismos da opressão. Além disso, essa consciência não é moldada apenas pela reflexão abstrata e racional, mas também é desenvolvida por intermédio da ação concreta e racional (COLLINS, 2016, p. 113).

Uma característica importante do feminismo negro, segundo Collins, é ter como prioridade o compromisso com a luta ampla e universalista pela dignidade humana, solidariedade, empoderamento humano e justiça social para toda e qualquer pessoa, não se restringindo somente às mulheres negras. Apesar disso, segundo ela, o feminismo negro manifesta-se baseado nas experiências materiais e históricas das mulheres negras, ou seja, sua raiz está nas vivências de opressão e de resistência dessas mulheres e seu objetivo primeiro é resistir às práticas e às ideias que justificam tais opressões.

A importância da liderança das mulheres Negras na produção de um pensamento feminista Negro não implica que outros não possam participar. Significa que a responsabilidade primária na definição de uma certa realidade recai sobre as pessoas que vivem esta realidade, que realmente têm estas experiências (COLLINS, 2019/2000, p. 115).

Por esta razão, Patricia Hill Collins define feminismo como uma teoria social crítica ou ativismo intelectual, já que ele produz conhecimento, mas não se restringe somente ao pensamento teórico e científico. Ele pode ser pensado como uma teorização das experiências vivenciadas por esse grupo, visando o compromisso com a equidade social. É importante reforçar que essa produção da teoria crítica foi e é produzida pelas

próprias mulheres negras, produzindo estudos teóricos comprometidos, embasados e rigorosos cientificamente, a partir da própria realidade vivenciada por elas.

As elites acadêmicas costumam afirmar que apenas elas estão qualificadas para produzir teoria e acreditam que são as únicas que podem interpretar não só as próprias experiências como as experiências de todo mundo. Além disso, as elites acadêmicas utilizam-se dessa crença para defender seus próprios privilégios (COLLINS *apud* BUENO, 2019, p. 24).

Outro aspecto importante do pensamento feminista negro, como já dissemos anteriormente, é a percepção de que as experiências das mulheres negras são múltiplas e diversas e produzem enfrentamentos distintos, o que quebra com uma perspectiva essencialista e homogênea da mulher negra.

(...) embora o fato de se viver a vida como mulher negra possa produzir certas visões compartilhadas, a variedade de classe, religião, idade e orientação sexual que moldam as vidas individuais de mulheres negras têm resultado em diferentes expressões desses temas comuns (COLLINS, 2016, p. 102).

Apesar disso, segundo Collins, há um fio que as une e esse fio é o que caracteriza a experiência dessas mulheres como uma prática de combate, um legado de luta contra a supremacia branca e masculina.

Considerando as experiências das mulheres negras como centrais no feminismo negro, outro conceito importante na produção intelectual de Collins é o conceito de imagens de controle, que dizem respeito à forma com que as mulheres negras foram sendo, ao longo da história, definidas e determinadas a partir do pensamento hegemônico branco e masculino, tornando, desta maneira, uma estratégia eficaz de dominação e manutenção do *status quo*, reservando à mulher negra o lugar do outro, do inferior, do menor e do subjugado.

Desde o momento em que a categoria “negros” foi inventada pelos brancos, já que antes da escravização essa categoria não existia, que são constituídas diversas imagens de controle, principalmente, sobre as mulheres negras, que assentam uma estrutura hierarquizada de dominação e poder. Podemos citar vários exemplos dessas imagens, fortemente enraizadas na sociedade e são usadas para justificar opressões diversas, como a imagem da mulher negra forte, que por isso pode trabalhar até a exaustão, sem

qualquer tipo de apoio, afeto e cuidado, e que tem suas dores e emoções invisibilizadas; a imagem da mulher negra fértil e, portanto, hipersexualizada, objetificada e alvo de constantes abusos e rejeições; a imagem das *mammys*, mulheres que se dedicam inteiramente aos cuidados das famílias brancas e da criação das crianças dessas famílias, impossibilitando que se dediquem aos seus próprios filhos; e a imagem das matriarcas, mulheres negras vistas como “*barraqueiras*” raivosas e agressivas.

Essas imagens de controle são uma forte estratégia de dominação, já que diminuem, marginalizam e trabalham na manutenção de estereótipos que produzem controle social e colocam os corpos das mulheres negras em lugares subalternos e violentos. Esses espaços permeiam a estrutura social de uma forma tão profunda que são naturalizados e normalizados, a ponto de justificarem as opressões sofridas pelas mulheres negras.

Collins enfatiza a importância de as mulheres negras serem responsáveis pela própria emancipação a partir de uma resistência a essas imagens de controle, uma vez que, elas mudam se atualizam à medida que a sociedade se transforma e que as opressões se refinam. Um exemplo de uma imagem de controle atual bastante presente na sociedade brasileira é a da mãe negra precarizada, preguiçosa e dependente de programas estatais (como o Bolsa Família), culpada pela própria condição, da família e dos filhos.

Essas representações fazem com que a mulher negra vista como forte tenha sua feminilidade anulada, e não sejam consideradas merecedoras do afeto e do relacionamento amoroso, a *mammy* tenha sua individualidade e sua sexualidade negada, já que se dedica somente à família branca. A mulher fértil tem sua sexualidade explorada e o afeto negado, a matriarca, sua maternidade subjugada, já que é vista como incompetente no exercício dela e culpada pelo “fracasso” dos filhos, e a mãe dependente do Estado precisa ter sua fertilidade controlada pelas instituições governamentais e sua existência e de sua família precarizada.

Neste sentido, tal ideia nos ajuda a compreender a situação de mulheres negras em diversos outros contextos, como o trabalho doméstico, por exemplo. É muito comum, inclusive na realidade brasileira, depararmos com discursos de pessoas brancas ao se referirem às empregadas domésticas, em maioria negras, como *da família*. Essa forma de dominação pelo “afeto” esconde uma estratégia de opressão que romantiza o trabalho

doméstico e a dedicação em excesso, fazendo com que muitas mulheres renunciem à sua própria família para morarem ou se dedicarem exclusivamente aos patrões, reconhecendo isso como um privilégio e não como exploração do trabalho. Essa experiência de “viajante”, em que a mulher negra convive com uma família branca e volta para a sua família negra, produz nela uma percepção única e diferenciada de ambos os mundos, que pode ser transformada em fonte de força para a resistência ou como uma justificativa para tal submissão, normatizando a sua exploração.

Embora essas imagens de controle sejam constantemente reforçadas e atualizadas, há uma força de resistência importante nas próprias mulheres negras. Nesse sentido, Collins traz um conceito que é central em sua produção, o da autodefinição das mulheres negras.

Em meio a essas forças hegemônicas que produzem saberes, definições e determinações estereotipadas sobre os corpos das mulheres negras, existem forças de resistência, nas quais essas próprias mulheres produzem, seja intelectual, política, artisticamente e até em suas micro relações, autodefinições positivas, a partir de suas próprias experiências e lutas.

Uma importante estratégia apontada por Collins é a criação de espaços seguros em que as próprias mulheres negras se autodefinem, que possam produzir conhecimentos, valores e um ponto de vista afro-centrado e autodefinido que se oponha às formas de conhecimento e aos pontos de vista hegemônicos. Conforme assevera Collins (2016, p. 104) “Independentemente do conteúdo de fato das autodefinições de mulheres negras, o ato de insistir na autodefinição dessas mulheres valida o poder de mulheres negras enquanto sujeitos humanos”.

Essa produção de autodefinições a partir das próprias vozes das mulheres negras opera no campo do coletivo e pode promover o ativismo de grupos, enquanto produção de conhecimento e prática feminista. Ao pensar a construção da própria voz, Patricia Hill Collins (2019a, 2019b) também discute os perigos de ser a única voz, ou uma das poucas mulheres negras em lugares de privilégio, como a mídia e a academia, porque isso pode ajudar a consolidar estereótipos e invisibilizar a dimensão do ativismo político a partir da dificuldade dessas mulheres negras que assumem um espaço de poder e

atingem um *status* social ou visibilidade midiática de expressarem as opressões de outras mulheres negras em posições menos privilegiadas.

Essas experiências de opressão que estão na raiz do pensamento feminista negro não dizem respeito exclusivamente às opressões de gênero ou às opressões de raça, são opressões que se interseccionam, produzindo múltiplas desigualdades.

De acordo com Collins, outro importante conceito que deve ser discutido é o de interseccionalidade, que de antemão não é visto por ela como uma hierarquização de opressões, como muitas vezes é difundido, já que se tornou um conceito popularizado e muitas vezes esvaziado em sua potencialidade. A interseccionalidade é, para Collins, um método de enunciação para se pensar as desigualdades sociais a partir de múltiplos e diversos vetores, ou seja, há diversos sistemas de manutenção das desigualdades e não basta solucionar somente um deles.

Podemos pensar a interseccionalidade como uma forma de compreender o poder não como um ordenamento de opressões, mas como matrizes de dominação, que organizam as relações sociais de poder, como o sexismo, o machismo, o capacitismo, o classismo, o etarismo, entre outras.

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (COLLINS; BILGE, 2020, p. 16).

A interseccionalidade não diz respeito às questões de identidade ou de pertencimento individual, mas sim à organização social e estrutural da sociedade. Deste modo, a “interseccionalidade reconhece que a percepção de pertencimento a um grupo pode tornar as pessoas vulneráveis a diversas formas de preconceito” (COLLINS; BILGE, 2020, p. 30), isso porque, como sujeitos, participamos simultaneamente em diversos grupos, estruturando a maneira como vivenciamos esses preconceitos. Isto é, homens e mulheres experienciam formas totalmente diferentes de opressões e preconceitos, assim como, mulheres negras e mulheres brancas. Conforme Collins e Bilge (2020, p. 30), a

“interseccionalidade lança luz sobre esses aspectos da experiência individual que podemos não perceber”.

Outro importante conceito presente na obra de Collins, que diz respeito a uma opressão estrutural e que faz parte de uma estratégia de dominação, é a posição de *outsider within*, em que as mulheres negras são colocadas em um estatuto de não pertencimento pleno, ao mesmo tempo em que se está dentro, se está fora. Patricia Hill Collins em seu texto “Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro”, publicado pela Revista Sociedade e Estado (2016) traz uma ampla e importante discussão acerca das expressões *insider*, *outsider* e *outsider interna*. O termo *outsider within* é utilizado para expressar a produção do pensamento feminista negro, que fosse capaz de refletir “um ponto de vista especial em relação ao *self*, à família e à sociedade” (COLLINS, 2016, p. 100).

Esse conceito é desenvolvido a partir da experiência da socióloga em espaços que estavam fechados para ela, como a escola em que cursou o ensino médio, a universidade, inicialmente como aluna e depois como professora e intelectual, lugares em que, muitas vezes, se viu como uma voz única, a primeira ou uma das poucas mulheres negras ocupando esses espaços. São lugares que não foram criados e pensados sequer para mulheres ocuparem, principalmente, mulheres negras.

Ao habitarem esses espaços como estrangeiras ou “marginais”, já que estão quase sempre à margem, as mulheres negras desenvolvem um outro olhar para as experiências, um olhar particular, diferente da forma de ver do pertencente, e diferente da forma de ver do totalmente excluído ou de fora. É, desta forma, um pertencer sem pertencer.

Em seus estudos sobre a expressão *outsider within*, Collins (2016, p. 100) apresenta o ensaio realizado por Simmel (1921), que versava sobre a significação do “estrangeiro”, o qual apresentava “um ponto de partida interessante para compreender a área em grande medida não explorada do status das mulheres negras de *outsider within* e a utilidade que esse ponto de vista pode produzir”. Segundo ele, tal *status* poderia ser um estímulo a criatividade e oferecia certos benefícios às mulheres negras, tais como:

1. a definição de Simmel de “objetividade” como “uma peculiar com posição de proximidade e distância, preocupação e indiferença”;
2. a tendência das pessoas de se abrirem para “estranhos” de maneiras que nunca fariam umas com as outras; e
3. a habilidade do “estrangeiro” em ver padrões que dificilmente podem ser percebidos por aqueles imersos nas situações (COLLINS, 2016, p. 100).

Ou seja, as mulheres negras intelectuais colocadas à margem, enquanto *outsiders within*, podem pertencer a diversos “grupos intelectuais marginais”, enriquecendo e fomentando outros estudos e discursos na sociologia contemporânea e revelando aspectos da realidade obscurecidos dentro dos grupos dominantes.

O lugar da marginalidade e a experiência do fora que olha para dentro e do dentro que olha para o fora está totalmente interligado com a experiência da autodefinição, já citada anteriormente, e da autoavaliação. A partir do momento que a mulher negra habita esse lugar, ela pode redefinir e explorá-lo de forma potente e transformadora. A socióloga explica que a

Autodefinição envolve desafiar o processo de validação do conhecimento político que resultou em imagens estereotipadas externamente definidas da condição feminina afro-americana. Em contrapartida, a autoavaliação enfatiza o conteúdo específico das autodefinições das mulheres negras, substituindo imagens externamente definidas com imagens autênticas de mulheres negras (COLLINS, 2016, p. 102).

As intelectuais do pensamento feminista negro questionam os discursos que circulam na sociedade a respeito das mulheres negras e a forma como eles são credibilizados e normalizados pela sociedade. O exercício da autodefinição pelas mulheres negras é importante nesse movimento de resistência a esses discursos porque as legitimam enquanto sujeitos humanos dotados de subjetividade e, ao mesmo tempo desafiam essas definições negativas e a própria posição de poder de definir e de sentenciar dos homens brancos, pois, “quando mulheres negras definem a si próprias, claramente rejeitam a suposição irrefletida de que aqueles que estão em posições de se arrogarem a autoridade de descreverem e analisarem a realidade têm o direito de estarem nessas posições” (COLLINS, 2016, p. 103).

Uma das formas mais perversas de se dominar um grupo e colocá-lo na posição de “outro” e de “marginal” é objetificá-lo, roubar-lhe a humanidade e seu direito à existência, atribuindo-lhes características subumanas. A partir do momento em que as

mulheres negras recusam esse lugar do outro, as justificativas para dominar o grupo se perdem.

Já o processo de autoavaliação permite discutir o conteúdo da autodefinição, mostrando a importância desse processo de (re)conhecimento da mulher negra para a sua participação social enquanto sujeitos humanos. É importante valorizar as características da mulher negra, posto que, aceitar esses aspectos legitima sua própria autodefinição e, conseqüentemente, desconstrói as imagens de controle determinadas pelos opressores. Essa insistência pela autodefinição e autoavaliação centrada na mulher negra é significativa por:

definir e valorizar a consciência do próprio ponto de vista autodefinido frente a imagens que promovem uma autodefinição sob a forma de “outro” objetificado é uma forma importante de se resistir à desumanização essencial aos sistemas de dominação” (COLLINS, 2016, p. 105).

Além disso, esses processos de autodefinição e autoavaliação permitem à mulher negra se desprender das opressões psicológicas sofridas e que são internalizadas de modo a torná-las cristalizadas e normatizadoras.

As mulheres negras vivenciam uma série de opressões que as colocam em uma posição de subordinação social em relação ao comportamento masculino branco. Deve-se, portanto, desconstruir esse tipo de vínculo, uma vez que, “pessoas oprimidas podem manter escondidas uma consciência e podem não revelar o seu verdadeiro *self* por razões de autoproteção” (COLLINS, 2016, p. 113).

Assim, vimos nas discussões propostas por Collins, as quais destacamos aqui, a luta por uma política emancipatória, a construção de um pensamento social que se oponha à opressão interseccional, bem como o fortalecimento do pensamento e conhecimento coletivo das mulheres negras, do ativismo e resistência ao racismo institucionalizado em oposição à injustiça social e econômica prevalente.

## **2. Aproximação entre educação infantil e o pensamento feminista negro: possibilidade ou utopia?**

Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda. Se a nossa opção é progressista, se estamos a favor da vida e não da morte,

da equidade e não da injustiça, do direito e não do arbítrio, da convivência com o diferente e não de sua negação, não temos outro caminho senão viver plenamente a nossa opção. Encarná-la, diminuindo assim a distância entre o que fizemos e o que fazemos. Desrespeitando os fracos, enganando os incautos, ofendendo a vida, explorando os outros, discriminando o índio, o negro, a mulher não estarei ajudando meus filhos a ser sérios, justos e amorosos da vida e dos outros... (FREIRE, 2000, p. 67-68).

A despeito do que afirma Freire (2000) na citação em epígrafe, para a construção de uma escola democrática, livre de injustiças e com respeito ao próximo, é preciso educar pela amorosidade para que seja possível a emancipação dos sujeitos. Discutir questões étnicas e feministas na educação, sobretudo, na educação infantil, espaços institucionalizados que podem promover ou reduzir práticas racistas e sexistas. As instituições educacionais deveriam primar por ambientes em que a igualdade e a equidade fossem basilares, todavia, o que vemos, muitas vezes, é perpetuação de preconceitos e estereótipos cristalizados socialmente.

De acordo com Zilma Oliveira (*et al.*, 2001, p. 17), “A história da creche liga-se às modificações do papel da mulher na sociedade e suas repercussões no âmbito da família, em especial no que diz respeito à educação dos filhos”. A creche foi, durante muito tempo, uma ‘dívida aos desafortunados’, um espaço que se preocupa apenas com a alimentação, a higiene e a segurança dos bebês e das crianças para que suas mães, desprovidas de bens e condições econômicas/financeiras, pudessem trabalhar. A luta e a mobilização pela construção de creches para bebês e crianças é uma pauta importante nos movimentos de mulheres feministas, não só para dividir a sobrecarga de responsabilidades afetivas, sociais, econômicas e políticas que são a elas atribuídas com o Estado, ou garantir que elas possam exercer suas profissões, mas também como um direito dos bebês e das crianças de conviverem, desenvolverem-se e terem acesso a uma educação de qualidade.

Os estudos do feminismo negro e da educação infantil se aproximam em interface com as discussões envolvendo relações de gênero, classe, raça, violência e eliminação das desigualdades, partindo do pressuposto que a educação infantil é um potente lugar das

diferenças e da construção de resistências, mas que também pode perpetuar o racismo e outras formas de opressão e de submissão.

Segundo o dossiê organizado por Daniela Finco; Adriana A. Silva e Ana Lúcia G. de Faria (2018), faz-se necessária uma discussão feminista, frente aos desafios do atual contexto político e social brasileiro, sobretudo no que tange o debate sobre as desigualdades sociais de gênero, com medidas impeditivas que limitam e cerceiam os princípios da democracia e dos direitos humanos.

Para as autoras, existe um desafio na construção de uma nova prática pedagógica para bebês e crianças [bem] pequenas, sendo:

o desafio de construir um olhar feminista para os direitos das crianças, trazendo, sobretudo, a creche e a pré-escola como locus histórico de luta feminista, visando outras práticas pedagógicas, conscientizando professoras/professores, envolvendo as famílias, buscando transformar a realidade educativa das crianças pequenas, bem como fomentando pesquisas e novas teorias, em busca de práxis emancipatória e descolonizadora (FINCO; SILVA e FARIA, 2018, p. 03).

Além disso, existem diversas discussões sobre os desafios da formação docente inicial e continuada para educação infantil envolvendo as relações de gênero e de raça. Nas creches e pré-escolas, isto é, nas instituições de educação infantil, as relações de gênero são pouco observadas entre as/os docentes assim como nos currículos dos cursos de formação de professoras/es (FINCO;GOBI;FARIA, 2015, p. 12).

Já no que tange às relações étnico raciais, desde a pequena infância bebês e crianças são submetidas a um regime de silêncio frente ao racismo que sofrem e silenciamento de suas dores. Na pesquisa realizada por Eliane Cavalleiro (2012), em uma instituição de educação infantil, ela percebeu que as crianças desde cedo são submetidas a práticas racistas e desenvolvem uma identidade racial negativa e de silenciamento. Ainda segundo Cavalleiro, “o racismo aflora de inúmeras formas, ocultas ou não. Conseguir lançar alguma luz sobre os conflitos étnicos no âmbito da educação escolar representa o interesse central de muitos pesquisadores que estudam essa questão” (2012, p. 32), . Partindo dessa situação, podemos traçar um paralelo com as imagens de controle e com a autodefinição, conceitos desenvolvidos por Patricia Hill Collins.

As imagens de controle são reproduzidas no tecido social, portanto, estão presentes nas escolas que, por sua vez, criam definições negativas e minorizadas de meninas e de meninos negros, ao mesmo tempo que constroem definições positivas e superiorizadas de crianças brancas, que aprendem e reproduzem práticas racistas e discriminatórias desde muito cedo. Neste sentido, a escola, especialmente as instituições de educação infantil, têm um papel fundamental em combater esse mecanismo de controle e possibilitar a criação de autodefinições positivas das crianças negras.

Assim como Cavalleiro (2012) reflete sobre o silenciamento do lar, por proteção, e da escola, por omissão, e conseqüentemente, da criança negra, Patrícia Hill Collins também retrata o silenciamento a partir de sua experiência na escola, à qual lhe ensinou que sua voz não importava naquele espaço e que ele não pertencia plenamente à ela. Aqui, o conceito de *outsider interna* pode nos auxiliar a pensar a escola como um espaço feito para bebês e crianças brancas, com um currículo organizado por perspectivas e epistemologias brancas, fortemente eurocêntricas e excludentes, e que (re)produz práticas racistas e sexistas, seja por omissão ou a partir de ferramentas de opressão como as imagens de controle, que silenciam as vozes e as experiências das meninas negras, apagam seus conhecimentos e sabedorias ancestrais e silenciam suas potencialidades.

Há nas escolas de educação infantil muitos bebês e crianças que pertencem sem pertencer, estão alheios e à margem. O silenciamento frente às situações discriminatórias é recorrente no âmbito escolar, como bem mostra Cavalleiro em sua pesquisa, “esse ritual pedagógico, que ignora as relações étnicas estabelecidas no espaço escolar, pode estar comprometendo o desempenho e o desenvolvimento da personalidade de crianças negras [...]” (2012, p. 32), isso corrobora a construção de um sentimento de superioridade pelas crianças brancas. A formação da identidade está ligada a esses mecanismos de controle e de opressões estruturais, o lugar que em tese deveria ser o espaço da liberdade, torna-se o ambiente de perpetuação dessas violências.

Percebemos que desde os primeiros anos escolares bebês e crianças negras são invisibilizadas, sendo colocadas como *outsiders*. Nesse sentido, a escola não pode se

omitir da responsabilidade pela justiça social e isso começa em olhar para os bebês e as crianças [bem] pequenas como indivíduos pertencentes a um contexto marcado por opressões interseccionais baseados em diferenciação racial, de gênero, de classe e de idade. Pensar o bebê e a criança no contexto das intersecções, que se constituem a partir das relações sociais de poder, também pressupõe pensá-las como agentes de transformação e de resistência.

O papel da educação infantil é significativo para o desenvolvimento humano, a formação da personalidade, a construção da inteligência e a aprendizagem. Os espaços coletivos educacionais, nos primeiros anos de vida, são espaços privilegiados para promover a eliminação de qualquer forma de preconceito, racismo e discriminação, fazendo com que as crianças, desde muito pequenas compreendam e se envolvam conscientemente em ações que conheçam, reconheçam e valorizem a importância dos diferentes grupos étnico raciais para a história e cultura brasileiras (BRASIL, 2003).

Iniciamos este item questionando a possibilidade de uma educação infantil que se aproximasse do feminismo negro, aos bebês e às crianças não podemos colocar o peso do futuro, elas são o presente, já (re)produzem cultura, são seres históricos e constituintes da sociedade. Por que não oferecer uma educação fundamentada na equidade e na igualdade de gênero, de raça e de classe? Pergunta simples, mas que traz uma resposta complexa e, por vezes, rebuscada, pois é mais fácil manter os costumes e as tradições conservadoras cristalizadas e perversas do que praticar e ensinar a resistência.

As crianças negras, desde os primeiros dias de vida, já convivem com o racismo. São desumanizadas, estão sendo mortas – uma morte social, em que se retira o direito de participarem das brincadeiras –, ou já são tachadas como as mais bagunceiras, agressivas; “o racismo tenta construir a ideia imperativa de ‘morte’ das diferenças étnico-raciais, contudo, as crianças negras gritam ‘vida’” (SANTIAGO, 2015, p. 143). Pensar as produções das crianças pequenininhas desassociadas dos elementos sociais que estruturam a nossa sociedade a partir dessa perspectiva torna-se um problema, pois isso não corresponde à realidade, transmitindo somente uma ideia parcial daquilo que está sendo estabelecido nas relações sociais (SANTIAGO; FARIA, 2021, p. 12).

Deste modo, como promover uma educação justa e igualitária, de forma a combater o racismo e o sexismo, com bebês e crianças [bem] pequenas?

Promover uma educação infantil que adote uma perspectiva feminista e antirracista supõe, antes de tudo, uma ruptura na estrutura curricular mais profunda, já que a

educação brasileira é pautada em pressupostos epistemológicos eurocêntricos e patriarcais. Incluir e priorizar a produção intelectual, cultural, política e social de mulheres negras nos currículos, é mais do que essencial quando se almeja a construção de uma educação e de uma sociedade.

Além disso, são necessárias pesquisas, estudos e investigações sobre como as questões de gênero e raça atravessam a educação e a prática educativa, reforçando ou modificando as relações sociais, as mentalidades, os comportamentos e a produção de corpos.

Uma prática feminista na educação infantil, portanto, reside também em um ativismo intelectual, na medida em que haja uma teorização das experiências vivenciadas pelas crianças nas escolas, sempre com vistas para a justiça social. Além das questões estruturais mais profundas, existem caminhos diários para se construir um olhar feminista e antirracista na educação das crianças, voltados para as práticas pedagógicas do cotidiano, envolvendo as crianças, a família e a comunidade.

A partir do conceito de imagens de controle, que vimos ser construídas e forjadas dentro da estrutura social, é possível pensar em estratégias de resistência a essas imagens e de produção de outras, como a inclusão sistemática de mulheres negras nos materiais gráficos apresentados às crianças, nas músicas, nas teorias, na produção de conhecimento, nos livros infantis, nas bonecas, etc. Também é fundamental um olhar atento e muito cuidadoso para as falas e “sutilezas” que escondem preconceitos enraizados, para o tratamento que se dá aos meninos e meninas, que muitas vezes reforçam concepções sexistas, como, por exemplo, pedir que meninas hajam como mocinhas ou que meninos sejam fortes e corajosos, ou mesmo falas que a princípio parecem ser inofensivas, como perguntar “o que a mamãe fez no almoço”, atribuindo o cuidado sempre à mulher, separar brinquedos ou materiais das crianças por cores “de menino” e “de menina”, entre outras tantas falas e atitudes que reforçam e reproduzem a cultura machista e patriarcal.

Mais do que se conscientizar do problema e ter formações sólidas e especializadas, é preciso criar uma práxis transformadora, ou seja, olhar para a própria prática, assumir os próprios preconceitos e assim, esforçar-se diariamente para não os reproduzir. Isso

significa assumir que na escola se “paparica” mais as crianças brancas, que na escola se “marginaliza” as crianças negras, que é preciso confrontar as famílias que trazem discursos racistas e machistas que reverberam na sala de aula com as crianças. É preciso assumir uma posição de enfrentamento e de mudança de comportamentos a partir de uma atenção constante.

Esses seriam pequenos passos dentro de uma estrutura muito mais profunda. Não basta não reproduzir preconceitos e opressões, é preciso combatê-los ativamente. Lutar por uma sociedade mais igualitária e livre de opressões começa com as crianças pequenas, começam construindo outros valores, outras concepções e a escola não pode se abster desse importante papel.

### **Considerações finais**

Este texto teve como principal objetivo refletir sobre conceitos do feminismo negro discutidos em obras de Patricia Hill Collins e seus possíveis diálogos com a educação infantil, no que tange o trabalho com bebês e crianças [bem] pequenas a partir de uma perspectiva feminista interseccional.

Inicialmente, contextualizamos as principais concepções desenvolvidas e estudadas por Patricia Hill Collins, tais como: interseccionalidade, *insider - outsider - outsider within*, o feminismo como teoria crítica social; as imagens de controle; a autodefinição e a autoavaliação e a maternagem. A pesquisa não se fixou em uma obra específica, mas em um conjunto de textos que nos possibilitou tal aproximação para o pensar nas relações do paradigma feminista na educação, em especial, na educação infantil, seria uma possibilidade ou uma utopia?

Imaginar esta proximidade não pode ser considerada uma utopia, posto que, a ideia de uma educação mais justa e igualitária é direito de todos os seres humanos. Dessa maneira, não cabe pensar essa aliança entre feminismo negro e educação democrática,

antirracista e não sexista como propósito inalcançável, ao contrário, é preciso políticas públicas e formação de professores para promoverem práticas que contribuam para esse fim. Deve-se, pois, oferecer literaturas em que as personagens principais sejam negras e apareçam em destaque, atentando-se aos discursos produzidos socialmente como “expressões populares” que reafirmam e fortalecem ainda mais os preconceitos e, por fim, dar voz aos bebês e às crianças.

## Referências

BRASIL, Lei nº10639 de 9 de janeiro de 2003. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicas Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. MEC/SECAD, 2005.

BUENO, Winnie de Campos. *Imagens de controle: uma ferramenta de análise para compreender a raiz da dominação*. Dissertação: Processos de resistência e construção de subjetividades no pensamento feminista negro: uma possibilidade de leitura da obra *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the politics of Empowerment*, 2019.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. In.: *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6081/5457>. Acesso em: 26 de novembro de 2022.

COLLINS, Patricia Hill. Traços distintivos do pensamento feminista negro. In.: *Gênero e Performance - Textos Essenciais*. v. II, Coimbra: Grácio Editor, 2019a, p. 91-132.

COLLINS, Patricia Hill. *A mulher negra como teoria social crítica*. Excerto do capítulo “A política do pensamento feminista negro”, do livro *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Boitempo, 2019b.

COLLINS, Patricia Hill. *Traços distintivos do pensamento feminista negro*. [“Distinguishing Features of Black Feminist Thought”], Baptista, M. M. & Castro, F. (Org.), *Gênero e Performance: Textos Essenciais 2*. Coimbra: Grácio Editor, 2019c/1995.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirme. *Interseccionalidade*. Trad. Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2020.

FREIRE, P. *Pedagogia da indignação*. Cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FINCO, Daniela; GOBBI, Marcia Aparecida, & FARIA, Ana Lúcia Goulart de (orgs.). *Creche e feminismo: desafios atuais para uma educação descolonizadora*. Edições Leitura Crítica; Associação de Leitura do Brasil – ALB; Fundação Carlos Chagas, 2015. Disponível em: [https://www.fcc.org.br/livros/CRECHE\\_E\\_FEMINISMO\\_Download\\_pedro\\_menor.pdf](https://www.fcc.org.br/livros/CRECHE_E_FEMINISMO_Download_pedro_menor.pdf). Acesso em: 02 de dezembro de 2022.

FINCO, Daniela; SILVA, Adriana Alves & FARIA, Ana Lúcia de Goulart de. Dossiê: Feminismo em estado de alerta na educação das crianças pequenas em creches e pré-escolas. *Revista Zero-a-Seis*, 20 (37), 2 - 10, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1980-4512.2018v20n37p2>. Acesso em: 27 de novembro de 2022.

OLIVEIRA, Zilma; MELLO, Ana Maria; VITÓRIA, Telma; FERREIRA, Maria Clotilde R. *Creches: crianças, faz de conta & cia*. 9. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1992.

SANTIAGO, F.; FARIA, Ana Lúcia de G. Feminismo negro e pensamento interseccional: contribuições para as pesquisas das culturas infantis. In.: *Educação & sociedade*. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/qzyyYKFLrmdBfC3mMpkQvKL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 de dezembro de 2022.

## VÍDEOS:

FEMINISMO negro e a política do empoderamento. Seminário Internacional “Democracia em colapso?” Conferência “Feminismo negro e a política do empoderamento”, da socióloga estadunidense Patricia Hill Collins. Mediação de Winne Bueno e comentários de Raquel Barreto. TV Boitempo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3xOO50dr3bk&t=270s>. Acesso em: 21 de novembro de 2021.

PATRICIA Hill Collins explica. Série de episódios: TV Boitempo. Disponível em: <https://www.youtube.com/playlist?list=PLHiE8QPap5vRVR4OX04nKhLPLvVV24cw3>. Acesso em: 21 de novembro de 2021.

**Como referenciar este artigo:**

LEPPOS, Denise Aparecida de Paulo Ribeiro; DURAN, Gisele Caroline Ruiz; PINTO, Adriana Santos. Aproximações do pensamento de Patrícia Hill Collins para a reflexão de uma educação infantil democrática, não sexista e antirracista. D'Generus: Revista de Estudos Feministas e de Gênero. Pelotas: UFPel. v. 02, n. 01, p. 000-000, 2023. ISSN: 2764-9938. DOI: XXXXXX